



**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUNDIAÍ/SP**

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2023
(Processo Administrativo nº 15923.720.026/2023-38)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Contratação de serviço de *outsourcing* de Sistemas Ininterruptos de Energia (*nobreak*), de 50 kVA, para as unidades abaixo listadas, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	QTD	VALOR TOTAL (24 meses)
1	<i>Outsourcing</i> de Sistema Ininterrupto de Energia (<i>nobreak</i>), de 50 kVA, para a Delegacia da RFB em Campinas, com autonomia mínima de 30 (trinta) minutos, e Delegacia da RFB em Jundiaí, com autonomia mínima de 60 (sessenta) minutos, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses. (A Delegacia da RFB em Campinas possui Grupo Gerador de Emergência.)	22233	2 nobreaks	R\$ 293.880,00
2	<i>Outsourcing</i> de Sistema Ininterrupto de Energia (<i>nobreak</i>), de 50 kVA, para a Delegacia da RFB em Limeira, com autonomia mínima de 60 (sessenta) minutos, e Delegacia da RFB em Piracicaba, com autonomia mínima de 60 (sessenta) minutos, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.	22233	2 nobreaks	R\$ 293.880,00
3	<i>Outsourcing</i> de Sistema Ininterrupto de Energia (<i>nobreak</i>), de 50 kVA, para a Delegacia da RFB em Sorocaba, com autonomia mínima de 30 (trinta) minutos, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses (a Delegacia da RFB em Sorocaba possui Grupo Gerador de Emergência).	22233	1 nobreak	R\$ 146.940,00

- 1.2. O serviço objeto desta contratação são caracterizados como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista a previsão no Estudo Técnico Preliminar.
- 1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual de 2023, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00394460000141-0-000068/2023
- II) Data de publicação no PNCP: 20/05/2023
- III) Id do item no PCA: 27
- IV) Classe/Grupo: 833 - SERVIÇOS DE ENGENHARIA
- V) Identificador da Futura Contratação: 170318-14/2022

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Há tópico específico nos Estudos Técnicos Preliminares que aborda práticas de sustentabilidade a serem observadas pela Contratada.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.4. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.7. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 09:00 às 11:00 horas e das 14:00 às 16:00 horas, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo e-mail licitacoes-drfjun.sp@rfb.gov.br.

4.8. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

- 4.9. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.
- 4.10. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 4.11. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

- 5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:
- 5.1.1. Início da execução do objeto: **até 5 (cinco) dias corridos** da emissão da ordem de serviço, devendo ser entregues ativados e configurados em um prazo de **até 15 (quinze) dias corridos** da referida emissão.
- 5.1.2. Descrição das etapas do serviço de *outsourcing*:
- Equipamentos de TI a serem protegidos.
 - Carga total dos equipamentos de TI conectados ao nobreak.
 - Tensão de entrada e saída admitida.
 - Garantia da autonomia (tempo) de funcionamento dos equipamentos de TI exigida para cada unidade da RFB.
 - Desinstalação e retirada dos equipamentos atualmente instalados.
 - Entrega e instalação dos novos equipamentos.
 - Fornecimento de equipamento (nobreak de 50kVA) com banco de baterias.
 - Configuração.
 - Manutenção preventiva e corretiva, incluindo a troca de peças.
 - Monitoramento remoto on-line ou local.
 - Suporte técnico.
- 5.1.3. **Desinstalação e retirada do equipamento atualmente instalado.**
- 5.1.3.1. Os equipamentos atuais encontram-se nos endereços da tabela abaixo:

Termo de Referência – Pregão Engenharia

Unidade	Endereço	Qtd	Especificações Técnicas							Ano Fabricação	Ano Instalação
			Marca/Modelo	Potência Nominal (kVA)	Capacidade Banco de Baterias (Ah)	Configuração Entrada	Tensão Entrada	Configuração Saída	Tensão Saída		
DRF/Campinas	Av. Prof. Faria Lima, 235 – Parque Itália – Campinas – SP	2	Amplimag - PTX3	150kVA	64 elementos de 70Ah	Trifásica	220V	Trifásica	208/127V	2005	não informado
DRF/Jundiaí	Av. Dr. Cavalcanti, 241 – Vila Arens – Jundiaí – SP	1	Amplimag – Atlas	100kVA	32 elementos de 90Ah	Trifásica	220V	Trifásica	208/120V	jul/14	2015
		1	Amplimag – Atlas	100kVA	32 elementos de 90Ah	Trifásica	220V	Trifásica	208/120V	jul/14	2015
DRF/Limeira	R. Pedro Zaccaria, 444 – Jardim Nova Itália – Limeira – SP	1	Adelco - Delphys	200kVA	60 elementos de 90Ah	Trifásica	220V	Trifásica	208/120V	mar/06	não informado
		1	RTA	100kVA	32 elementos de 90Ah	Trifásica	220V	Trifásica	208/120V	mar/06	não informado
DRF/Piracicaba	Av. Independência, 3601 – Bairro Alemães – Piracicaba – SP	1	Adelco - Delphys Elite	200 KVA	60 elementos de 120Ah	Trifásica	220V	Trifásica	220V	2004	2011
DRF/Soro+A1:M13caba	R. Prof. Dirceu Ferreira da Silva, 111 – Alto da Boa Vista – Sorocaba – SP	1	Amplimag	150kVA	32 elementos de 73Ah	Trifásica	220V	Trifásica	208/120V	2006	não informado
		1	Amplimag	150kVA	-	Trifásica	220V	Trifásica	208/120V	2006	não informado

5.1.3.2. A Contratada será responsável pela desinstalação dos *nobreaks* instalados nas DRFs, em data a ser definida na Ordem de Serviço, podendo ser inclusive aos finais de semana ou fora do horário comercial, sempre acompanhado por um servidor ou fiscal técnico. A retirada ocorrerá em conjunto com a equipe de apoio (carregador) da Administração, cabendo a ela orientar quanto ao local de armazenamento.

5.1.3.3. Não será permitido o reaproveitamento dos bancos de baterias, peças e/ou componentes do *nobreak* desinstalado e removido.

5.1.3.4. O equipamento retirado e o banco de baterias deverão permanecer nas dependências do prédio, em local definido pela Administração.

5.1.4. Entrega e instalação dos novos equipamentos.

5.1.4.1. Os novos equipamentos serão instalados nos seguintes endereços:

Unidade	Endereço
Delegacia da RFB em Campinas	Av. Prof. Faria Lima, 235 – Parque Itália – Campinas – SP

Delegacia da RFB em Jundiaí	Av. Dr. Cavalcanti, 241 – Vila Arens – Jundiaí – SP
Delegacia da RFB em Limeira	R. Pedro Zaccaria, 444 – Jardim Nova Itália – Limeira – SP
Delegacia da RFB em Piracicaba	Av. Independência, 3601 – Bairro Alemães – Piracicaba – SP
Delegacia da RFB em Sorocaba	R. Prof. Dirceu Ferreira da Silva, 111 – Alto da Boa Vista – Sorocaba – SP

5.1.4.2. Somente após a completa desinstalação e retirada dos *nobreaks*, conforme item 5.1.3., os novos equipamentos deverão ser instalados em data a ser definida na Ordem de Serviço, podendo ser inclusive aos finais de semana ou fora do horário comercial, acompanhado de servidor ou fiscal técnico.

5.1.4.3. Como se trata de contrato de *outsourcing*, a Contratada ficará obrigada aos encargos, custos e demais ônus da instalação dos novos equipamentos. A Contratada deverá ligar os equipamentos nos cabos e quadros elétricos já existentes no local, verificando:

a) a compatibilidade com os Grupos Geradores de Emergências existentes nas Delegacias da RFB em Campinas e Sorocaba;

b) eventual redundância com outro *nobreak* existente na unidade, devendo a Contratada proceder à melhor instalação, conforme determinado por normas técnicas.

5.1.4.4. Havendo alteração de endereço das unidades, os serviços serão prestados no novo endereço, cabendo à Contratante oferecer sala adequada para instalação (cabos, quadros elétricos e sistema de refrigeração).

5.1.5. Configuração e monitoramento remoto ou local.

5.1.5.1. A Contratada deverá fornecer solução de monitoramento e gerenciamento dos *nobreaks* por meio de *Software* de Comunicação em Rede ou local.

5.1.5.2. Com relação à utilização do *software*, a Contratada deverá disponibilizar treinamento aos fiscais de contratos.

5.1.5.3. O *software*, obrigatoriamente, deverá emitir um relatório de ocorrências, a fim de que o fiscal do contrato possa realizar o ateste.

5.1.5.4. Na impossibilidade de utilização da rede de dados e/ou computadores da Receita Federal para instalação do *software*, a Contratada deverá disponibilizar equipamentos e rede de dados próprios, sem custo adicional para a Contratante.

5.1.6. Prestação de Serviços (Manutenção preventiva e corretiva, incluindo a troca de peças e baterias, e Suporte Técnico).

5.1.6.1. Como se trata de contrato de *outsourcing*, a empresa fica obrigada a manter os equipamentos em perfeito estado de funcionamento durante todo o período contratual, assumindo todos os encargos necessários para tal fim, inclusive a troca de peças e do banco de baterias, quando necessário.

5.1.6.2. Na impossibilidade de reparo do *nobreak*, a Contratada será obrigada a fornecer um novo equipamento, com potência igual ou superior.

5.1.6.3. Como se trata de um serviço essencial e contínuo, a Contratada deverá disponibilizar assistência técnica em todos os dias e horários de expediente da repartição (das 7:00h às 18:00h).

5.1.6.4. A Contratada deverá disponibilizar técnico para atendimento imediato de chamados para sanar quaisquer irregularidades no funcionamento dos equipamentos ou para esclarecer detalhes de funcionamento ou assessorar em manobras técnicas.

Local e horário da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados nos endereços indicados no **subitem 5.1.4.1** deste Termo de Referência.

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário: em todos os dias e horários de expediente da repartição (das 7:00h às 18:00h).

5.4. A Contratada deverá fornecer o Serviço de Suporte Técnico relativo a todos os itens contratados de duas formas: Presencial ou Remoto.

a) Presencial: o atendimento técnico de forma presencial será requerido sempre que ocorrer falha ou mau funcionamento de equipamentos de responsabilidade da Contratada, que não puderem ser solucionados pelo atendimento remoto. O atendimento presencial deverá ocorrer preferencialmente, mas não exclusivamente, em dias úteis (segunda-feira a sexta-feira), e em horário de expediente da repartição (07:00 às 18:00 horas), devendo prevalecer a necessidade da Contratante, em qualquer tempo do ciclo de vida do chamado, que compreende o período do momento da abertura do chamado técnico até o seu fechamento. Os funcionários da Contratada deverão apresentar-se devidamente identificados.

b) Remoto: o atendimento técnico de forma remota constitui-se de procedimentos de suporte, capazes de diagnosticar e eliminar a maior parte dos incidentes passíveis de atuação remota. A Contratada deverá dispor de equipe de atendimento em quantidade compatível com as necessidades do serviço contratado.

5.5. Para as interrupções programadas ou manutenções preventivas, bem como para a divulgação de informações de interesse geral que venham a afetar a qualidade ou desempenho do serviço prestado, deverá a Contratada efetuar a sua comunicação formal à Unidade no prazo mínimo de 15 (quinze) dias anteriores à data do evento.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Os serviços serão prestados nos endereços consignados no **subitem 5.1.4.1** deste Termo de Referência, cabendo à Contratada os custos de deslocamento.

5.6.2. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá proceder de acordo com o Modelo de Execução do Objeto, previsto no **item 5** deste Termo de Referência.

5.6.3. Não será permitida a subcontratação.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.7. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Configuração da rede elétrica e equipamentos pretendidos

5.8. Configuração da rede elétrica:

Unidade	Configuração da Rede Elétrica

	Configuração Entrada	Tensão Entrada	Configuração Saída	Tensão Saída
DRF/Campinas	Trifásica	220V	Trifásica	208/127
DRF/Jundiaí	Trifásica	220	Trifásica	208/120V
	Trifásica	220	Trifásica	208/120V
DRF/Limeira	Trifásica	220V	Trifásica	208/120V
	Trifásica	220V	Trifásica	208/120V
DRF/Piracicaba	Trifásica	220V	Trifásica	380/220V

DRF/Sorocaba	Trifásica	220V	Trifásica	208/120V
	Trifásica	220V	Trifásica	208/120V

5.9. Características gerais dos equipamentos pretendidos:

5.9.1. Das especificações de Entrada

- Suportar ao menos as seguintes tensões: 220V e 380V; 60Hz.
- Compatível com grupo gerador de energia, nas unidades que o possuem.

5.9.2. Das especificações de Saída

- Tensão compatível com o ambiente de instalação dos equipamentos;
- Tensão Fase-Fase 220VCA – 60 HZ;
- Tensão Fase-Neutro 110VCA – 50HZ;
- Configuração de Fases Trifásico (FFFN+T);
- Forma de Onda Senoidal Pura;
- Fator de potência mínimo 0,9.

5.9.3. Do Sistema

- On-line Dupla Conversão;
- Tecnologia DSP (Processador Digital de Sinais).

5.9.4. Das Proteções

- Termomagnéticas (disjuntor): entrada, by-pass estático, by-pass manual, saída e baterias.
- Eletrônicas (tanto de entrada quanto de saída): subtensão e sobretensão; subcorrente e sobrecorrente; subfrequência e sobrefrequência; sobrecarga e curto-circuito na saída.
- Emergência: botão de desligamento total de emergência (EPO) - shutdown do inversor.
- Contra funcionamento irregular do gerador diesel, onde houver.
- Contra variações da frequência de entrada.
- Contra falta de fase.
- Contra sequência de fase.
- Contra sobreaquecimento dos componentes (inversor).

5.9.5. Dos Recursos adicionais

- Retirada dos módulos para manutenção sem o desligamento total do sistema (hot swap);

- Detecção automática dos módulos após o sistema em funcionamento (Plug and play);
- Protocolo SNMP e TCP/IP, com porta para RJ45 padrão Ethernet, de modo que o Nobreak possa ser gerenciado remotamente;
- Envio de comandos para equipamentos com sistemas operacionais Linux e Windows, com a possibilidade de envio de comandos de desligamento seletivo e execução de scripts antes do desligamento.
- Envio de e-mails de alertas.

5.9.6. Das especificações do Display

- LED: Indicação de falha e Status de trabalho do UPS;
- Log de Eventos: via display;
- Display LCD com as seguintes informações: Tensão/ Frequência de entrada e saída, tensão de bateria, carga da bateria, Potência de saída.

5.9.7. Das Especificações dos Alarmes

- Alertas sonoros que indicam:
 - a) Bateria em descarga - “resetável”
 - b) Bateria em final de descarga - “resetável”
 - c) Sobrecarga - “resetável”
 - d) Em by-pass automático – “resetável”
 - e) Sobretemperatura - “resetável”
 - f) CA Alta/baixa na saída – “resetável”
 - g) Sub/Sobretensão na Bateria – “resetável”
 - h) Sobretensão no Barramento CC - “resetável”

5.9.8. Das Especificações de Comunicação

- No mínimo 01 (uma) porta de contato seco;
- No mínimo 01 (uma) porta RJ-45;
- No mínimo 01(uma) porta serial RS-232.

5.9.9. Das Especificações das Características Físicas

- Movimentação: niveladores de altura para piso irregular;
- Grau de proteção IP22 ou superior.

5.9.10. Das Especificações de Chave Estática

- By-pass Automático e Manual;
- By-pass com supressores de surto.

5.9.11. Das Especificações das Baterias

- Estantes dos bancos de baterias em aço com chave fusível ou disjuntor;
- Tipo VRLA (Valve Regulated Lead Acid) reguladas por válvula e AGM (Absorbed Glass Mate);
- Corrente de Carga Configurável via display ou gerenciada pelo próprio Nobreak.

5.9.12 Do módulo SNMP

- Monitoramento remoto do Nobreak;
- Interface de conexão Ethernet RJ45;
- Informações e alteração de configurações via navegador de internet;
- Envio de alarmes e relatórios via e-mail.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.10. Os procedimentos de transição e finalização do contrato constituem-se das seguintes etapas:

5.10.1. Ao fim do contrato, a empresa contratada será responsável pela retirada de seus equipamentos, sem custo para Contratante. Eventuais danos decorrentes da mobilização para a retirada desses equipamentos pela empresa serão prontamente apurados em processo administrativo autônomo, com garantia de ampla defesa.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da [Lei nº 14.133, de 2021](#), e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

- 6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

- 6.15. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 6.16. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

- 6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

- 7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Apêndice II deste.
- 7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:
- 7.1.1.1. não produzir os resultados acordados;
- 7.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- 7.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.
- 7.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.
- 7.3. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:
- 7.3.1. Irregularidades verificadas nos itens de uniforme e EPI's (falta, más condições de uso, atraso na entrega etc.);
- 7.3.2. Atraso injustificado na apresentação dos documentos originais e respectivas cópias relativas à correta execução contratual e à manutenção das condições de habilitação aos Gestores do Contrato nos prazos contratuais, sejam documentos exigidos ao início do Contrato, durante sua execução, ou na finalização da vigência do mesmo;
- 7.3.3. Atraso no cumprimento dos prazos previstos contratualmente no atendimento às solicitações do Contratante, referentes à prestação dos serviços e acompanhamento do Contrato;
- 7.3.4. Emprego de mão de obra sem a devida habilitação para desempenho das suas atividades profissionais;
- 7.3.5. Má qualidade na prestação do serviço (funcionário sem compromisso, frequentemente ausente e/ou desatento no posto), tratamento inadequado às pessoas (ignorância, má- educação, comportamento agressivo etc.). Desconhecimento ou não realização das suas obrigações profissionais e/ou contratuais;
- 7.3.6. Má qualidade das peças repostas ou com durabilidade abaixo da prevista pelo fabricante; e
- 7.3.7. Para aferição dos resultados, será adotado o **Índice de Disponibilidade da Energia Estabilizada (IDEE)** – explicitado nos itens seguintes, que consiste no percentual mensal de tempo em que a energia estabilizada disponibilizada pelos *nobreaks* está em perfeita disposição para uso.
- 7.4. Não será considerada falta da Contratada caso haja falta de energia estabilizada por conta de problemas em outros equipamentos do sistema elétrico do prédio, como por exemplo defeito no gerador de energia a diesel que alimenta a rede elétrica (incluindo os *nobreaks*), causando assim o desligamento dos equipamentos *nobreaks* por esgotamento dos bancos de baterias.
- 7.5. A Disponibilidade Total (DT) mensal é de 720 horas (24 horas x 30 dias).

- 7.6. O Tempo de Indisponibilidade (TI) é o somatório de tempo (em horas) no qual a energia estabilizada esteve indisponível para uso, decorrente de defeito do equipamento *nobreak* ou falta de sua manutenção preventiva ou corretiva.
- 7.7. O início do TI será aferido de acordo com os horários registrados em e-mail ou em qualquer outra forma de comunicação de defeito do equipamento *nobreak*, feitos pelo fiscal de contrato. O final do TI será aferido pelo fiscal de contrato a partir do momento em que a energia estabilizada estiver disponível novamente em rede elétrica estabilizada.
- 7.8. O **IDEE (Índice de Disponibilidade da Energia Estabilizada)** é calculado considerando a Disponibilidade Total (DT), subtraído o Tempo de Indisponibilidade (TI).

$$\text{IDEE (\%)} = [(DT - TI) / DT] \times 100\%$$

- 7.9. O **IDEE** será calculado bimestralmente para a aferição do nível de qualidade dos serviços prestados e adequação do pagamento.
- 7.10. O pagamento ocorrerá da seguinte forma:

IDEE	Total de horas indisponíveis por mês	Glosa do valor mensal de <i>outsourcing</i>
Entre 99,50% e 96,66%	Entre 4h e 24h	3,33%
Entre 96,66% e 93,33%	Entre 24h e 48h	7,00%
Entre 93,33% e 90,00%	Entre 48h e 72h	12,00%
Entre 90,00% e 86,66%	Entre 72h e 96h	20,00%
Abaixo de 86,66%	Acima de 96h	25,00%

- 7.11. Caso o equipamento tenha **IDEE** abaixo de 86,66%, será aberto procedimento administrativo para apuração de eventual descumprimento contratual, com possibilidade de aplicação de sanção, assegurada ampla defesa à Contratada.

Do recebimento

- 7.12. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.12.1. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.
- 7.12.2. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.12.3. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022).
- 7.12.4. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.
- 7.12.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

- 7.12.6. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.
- 7.12.7. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.
- 7.12.8. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021).
- 7.12.9. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.
- 7.12.10. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.13. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.
- 7.14. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:
- 7.14.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022);
- 7.14.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 7.14.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;
- 7.14.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização; e
- 7.14.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 7.15. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 7.16. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

- 7.17. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

- 7.18. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

- 7.18.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.19. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.20. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante.

7.21. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.22. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.23. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.24. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.25. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.26. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.27. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.28. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.29. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.30. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.31. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.31.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.32. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.33. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.33.1. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.34. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.35. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o [art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#), nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.36. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração (Instrução Normativa nº 53, de 8 de julho de 2020 e Anexos).

7.37. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

- 8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

Regime de execução

- 8.2. O regime de execução do contrato será o de empreitada por preço global.

CrITÉRIOS de aceitabilidade de preços

- 8.3. Ressalvado o objeto ou parte dele sujeito ao regime de empreitada por preço unitário, o critério de aceitabilidade de preços será o valor global estimado para a contratação.

Exigências de habilitação

- 8.4. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

- 8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.
- 8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.
- 8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores.
- 8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

- 8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso.
- 8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos

termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples.

8.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, *caput*, inciso II).

8.22. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

8.23. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.27. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

8.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.29. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, nos termos do Anexo III do edital.

- 8.29.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.
- 8.30. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), em plena validade.
- 8.31. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.
- 8.32. Apresentação, ALTERNATIVA, do(s) profissional(is) abaixo indicado(s), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, também abaixo indicado(s):
- 8.32.1. Para o Engenheiro Elétrico (ou de Eletrônica) vinculado à licitante, sob regime de emprego ou contrato de prestação de serviços: atestado de responsabilidade técnica ou acervo técnico que comprove a execução de serviços de *outsourcing*, instalação, manutenção preventiva ou corretiva, assistência técnica ou suporte operacional em Sistemas Ininterruptos de Energia (nobreak).
- 8.32.2. Para o Técnico em Eletrotécnica vinculado à licitante, sob regime de emprego ou contrato de prestação de serviços: atestado de responsabilidade técnica ou acervo técnico que comprove a execução de serviços de *outsourcing*, instalação, manutenção preventiva ou corretiva, assistência técnica ou suporte operacional em Sistemas Ininterruptos de Energia (nobreak).
- 8.33. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar da obra ou serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.
- 8.34. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 8.35. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 8.35.1. Deverão mencionar a aptidão técnica da empresa para a prestação de serviços de *outsourcing*, instalação, locação, manutenção preventiva ou corretiva, assistência técnica ou suporte operacional em Sistemas Ininterruptos de Energia (nobreak) de 30kVA ou superior, por um período não inferior a 1 (um) ano.
- 8.35.2. Serão aceitos em número mínimo de 1 (um) atestado.
- 8.36. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 8.36.1. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 8.36.2. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 734.700,00 (setecentos e trinta e quatro mil e setecentos reais)**, conforme custos globais por item apostos na tabela do item 1.1.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Gestão/Unidade: 00001/170318
- II) Fonte de Recursos: 1032000000
- III) Programa de Trabalho: 04122003220000001
- IV) Elemento de Despesa: 339039.12
- V) Plano Interno: OUTRCUSTEIO

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. CLASSIFICAÇÃO QUANTO À LEI Nº 12.527/2011

11.1. Por fim, considere-se que:

11.1.1. O atual Termo de Referência é parte integrante do Planejamento da Contratação, fase interna da licitação;

11.1.2. A licitação, em sua fase externa, é um instituto que se destina a garantir a observância do princípio da transparência, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, além de ser processada e julgada em estrita conformidade com os primados básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo e outros correlatos, princípios gerais que norteiam o certame segundo o art. 5º da Lei nº 14.133/21;

11.1.3. A Administração Pública se submete aos princípios insculpidos no artigo 37 da CF;

11.1.4. E a Lei nº 12.527/2011, regulando o previsto no inciso XXXIII do art. 5º da CF, assegura o direito fundamental de acesso à informação relativa à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação e contratos administrativos (art. 7º, VI), em conformidade com a diretriz da observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção (art. 3º, I).

11.2. Sendo assim concluímos, seguindo a diretriz do art. 10 da IN SEGES/ME nº 81, de 25 de novembro de 2022, que as informações utilizadas na elaboração do presente Termo de Referência não estão enquadradas nas restrições de acesso previstas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, podendo ser ampla a sua divulgação.

12. APÊNDICES

Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar (ETP)

Apêndice II – Instrumento de Medição de Resultado (IMR)

Jundiaí, outubro de 2023.

<<assinado digitalmente>>

ROBERTO RAMIREZ

Matrícula SIAPE 1541412

<<assinado digitalmente>>

ANDERSON SHIGUERU TANAKA

Matrícula SIAPE 1292820

Estudo Técnico Preliminar 17/2023

1. Informações Básicas

Número do processo: 15923.720.026/2023-38

2. Objeto

2.1. O atual estudo se baseia em demandas apresentadas pelas áreas de logística das Delegacias da Receita Federal do Brasil em Campinas, Jundiaí, Limeira, Piracicaba e Sorocaba, objetivando o planejamento da contratação, via licitação, de **serviço de outsourcing de Sistemas Ininterruptos de Energia (nobreak), de 50 kVA, para as unidades abaixo listadas, pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.**

2.2. **Unidades onde serão prestados os serviços.** Os serviços serão prestados nos endereços indicados na tabela abaixo. Havendo alteração de endereço das unidades, no decorrer do contrato, o eventual contratado se sujeitará ao que determinam o art. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

Unidade	Endereço
DRF/Campinas	Av. Pref. Faria Lima, 235 – Parque Itália – Campinas – SP
DRF/Jundiaí	Av. Dr. Cavalcanti, 241 – Vila Arens – Jundiaí – SP
DRF/Limeira	R. Pedro Zaccaria, 444 – Jardim Nova Itália – Limeira – SP
DRF/Piracicaba	Av. Independência, 3601 – Bairro Alemães – Piracicaba – SP
DRF/Sorocaba	R. Prof. Dirceu Ferreira da Silva, 111 – Alto da Boa Vista – Sorocaba – SP

3. Descrição da necessidade

3.1. O objeto desta contratação visa atender à necessidade da disponibilidade dos serviços prestados pelas Delegacias da Receita Federal do Brasil em Campinas, Jundiaí, Limeira, Piracicaba e Sorocaba, e proteção dos equipamentos eletrônicos contra interrupções de energia, descargas e oscilações elétricas.

3.2. Pretende-se através da alimentação ininterrupta de energia, garantir a disponibilidade da rede, protegendo os ativos contra interrupções no fornecimento de energia, descargas e oscilações elétricas, assegurando uma **autonomia suficiente de no mínimo 30 minutos para as DRFs Campinas e Sorocaba e mínima de 60 minutos para as DRFs Jundiaí, Limeira e Piracicaba.** Justifica-se uma autonomia mínima menor para as DRFs Campinas e Sorocaba em virtude de possuírem Grupo Gerador de Emergência a diesel.

3.3. A DRF/Jundiaí conta com a solução de 01 (um) *nobreak* para garantir a disponibilidade e proteção dos equipamentos em caso de ocorrências de variações e interrupções no fornecimento de energia. Um segundo *nobreak* está desativado, com placas queimadas e baterias ausentes.

3.4. O mesmo se dá com a DRF/Limeira e DRF/Sorocaba. Contando ambas com dois equipamentos cada (um desativado), há o agravante de a primeira delegacia possuir um equipamento em funcionamento que não mantém sua capacidade de carga durante o tempo exigido. Quanto à DRF/Piracicaba, o único equipamento *nobreak* não está em operação, com sua placa-fonte e banco de baterias danificados. DRF/Campinas, em melhor situação, conta com dois equipamentos operando de maneira satisfatória.

3.5. Ademais, os *nobreaks* atualmente instalados nas cinco Delegacias da RFB são relativamente antigos, adquiridos há mais de 8 anos através de procedimentos licitatórios distintos, sem padronização quanto ao modelo e fabricante, e com as potências superdimensionadas.

3.6. Com o avanço tecnológico, a obsolescência desses equipamentos se tornou cada vez mais evidente, gerando dificuldade na aquisição de peças para reposição e consequente aumento do custo para mantê-los em funcionamento, pois necessitam de frequente manutenção preventiva e corretiva, com periódica troca dos bancos de bateria.

3.7. Como exemplo, temos o *nobreak* da DRF/Limeira. Atualmente inoperante, o equipamento não é fabricado no Brasil e suas peças de reposição teriam de ser importadas, aumentando consideravelmente os custos de sua reforma e manutenção.

3.8. Esclareça-se que as manutenções preventivas e corretivas desses equipamentos vêm sendo realizadas através de contratos de manutenção predial em cada unidade, ficando o custo da mão de obra e as despesas com a troca de peças (inclusive banco de baterias) diluídos no valor mensal.

3.9. Porém, como as empresas que realizam os serviços de manutenção predial (civil, elétrica e hidráulica) não são especializadas nesse tipo de equipamento, a fiscalização de contratos tem observado deficiência na prestação desse tipo de serviço, muitas vezes com diagnósticos imprecisos, o que tem ocasionado atrasos na resolução dos problemas.

3.10. Salientamos que a principal missão das atividades de apoio operacional, designadas genericamente “atividades-meio”, é propiciar os recursos necessários ao atingimento integral das finalidades institucionais (atividades atreladas às funções de Estado), de forma contínua, eficiente, flexível, segura e confiável. Para atingir esse objetivo a Administração Pública vem buscando de forma racional e persistente obter o melhor emprego dos recursos disponíveis visando à eficácia e eficiência de suas ações. Essa difícil missão, muitas vezes, fica impossível de ser cumprida a contento em razão da falta de uma estrutura específica para execução das tarefas que, embora sejam consideradas auxiliares, são imprescindíveis para o funcionamento dos órgãos, como é o caso em questão, em que a contratação de empresa especializada em manutenção de *nobreaks* mostra-se como o meio mais adequado para atingimento da meta desejada.

3.11. Considerando que as Delegacias da RFB não dispõem em seu quadro funcional de pessoal específico para a execução rotineira desses serviços de manutenção, justificamos a contratação para execução de atividades preventivas e corretivas e de forma ininterrupta e continuada prezando pela economicidade dos investimentos e segurança e conforto dos servidores, terceirizados e do público em geral, que nas unidades laboram ou são usuários dos serviços ofertados.

3.12. Dessa forma a Administração Pública, fazendo uso do permissivo legal da contratação de terceirizados, otimiza o uso de seus próprios recursos humanos, fixando-os na realização de atividades típicas do órgão, melhorando seus resultados e elevando o padrão de satisfação do interesse público através do cumprimento dos princípios constitucionais da Eficiência e Economicidade.

3.13. Destacamos ainda que os serviços pretendidos não estão no rol de atividades vedadas à execução indireta na administração pública, consoante disposição do art. 3º do Decreto nº 9.507/2018, que dispõe sobre a contratação de serviços mediante regime de execução indireta. Pretende com isso a Administração alcançar com a presente licitação a conciliação entre os menores custos possíveis da contratação e o atendimento adequado de suas necessidades.

3.14. **Em conclusão**, considerando que não se deve descartar o risco de paralisação das Delegacias da RFB, quando ocorrerem variações ou interrupções no fornecimento de energia elétrica por parte da concessionária, a presente contratação torna-se essencial para a continuidade dos serviços e integridade de seus equipamentos.

4. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
DRF/CAMPINAS/SEPOL	Paulo Eduardo Toutonge Diniz
DRF/JUNDIAÍ/SEPOL	Celson Yoshihisa Kawakami
DRF/LIMEIRA/ELG	Claudir Correa Lemos
DRF/PIRACICABA/SEPOL	Bruna Cristina Miotto
DRF/SOROCABA/ELG	Otávio Luís Silveira

5. Descrição dos Requisitos da Contratação

5.1. O serviço tem natureza continuada, pois atende à necessidade pública de forma permanente e contínua, assegurando a integridade do patrimônio público e o funcionamento das atividades finalísticas do órgão, de modo que sua interrupção pode comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

5.2. Ademais, os serviços são considerados comuns de engenharia, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no ato convocatório, por meio e especificações reconhecidas e usuais do mercado, atendendo aos artigos 1º e 3º, inciso II, do Decreto 10.024/19, e artigo 14 da IN SEGE/MPDG nº 05/2017. Desta feita, devem os serviços ser licitados na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, como preceitua o § 1º do artigo 1º do citado decreto.

5.3. Assim descrevemos os seguintes requisitos:

a. O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço global**.

b. Na fase de habilitação do certame deverá ser exigida a comprovação de aptidão técnica da licitante, demonstrando que atua no ramo de *outsourcing*, instalação, locação e manutenção preventiva e corretiva de *nobreaks* de 30kVA ou superior, há pelo menos 1 (um) ano, mediante a apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado. As condições de apresentação e aceitação dos atestados estarão dispostas no instrumento convocatório.

c. Inscrição ou registro da empresa e do profissional responsável no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou no Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT).

d. Comprovação de possuir a licitante responsável técnico vinculado com capacidade técnico-profissional em Engenharia Elétrica (ou Eletrônica) ou Técnico em Eletrotécnica, que tenha executado os serviços de manutenção preventiva e corretiva em Sistemas Ininterruptos de Energia (*nobreaks*), assistência técnica ou suporte operacional, comprovados através da apresentação de atestado ou acervo técnico (CAT).

e. A duração inicial do contrato será de 24 (vinte e quatro) meses, contados da assinatura do contrato, com possibilidade de prorrogação por sucessivos períodos, respeitada a vigência máxima decenal nos termos dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133/21.

f. Não haverá necessidade de equipe residente.

g. Realização de vistoria. Caso opte por não realizá-la, deverá a licitante apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço, como requisito para celebração do contrato.

h. Não será permitida a subcontratação.

i. Não será admitida a participação no pregão de pessoa física, em razão das exigências mínimas de qualificação econômico-financeira e da necessidade de possuir a Contratada estrutura administrativa mínima, equipamentos e corpo técnico para execução do objeto e cumprimentos das obrigações.

6. Levantamento de Mercado

6.1. Objetivando mitigar as deficiências do modelo de manutenção dos *nobreaks* atuais, antigos e alguns sem uso pela degradação, e garantir a continuidade dos serviços prestados e integridade dos equipamentos eletroeletrônicos, para casos de variações ou interrupções do fornecimento de energia por parte da concessionária, a Equipe de Planejamento a partir de um estudo de mercado optou pela contratação de *outsourcing* de *nobreaks*, cuja vantajosidade será exposta a seguir.

6.1.1. Ressaltamos que a opção pela modalidade de locação de nobreak não foi considerada devido à suspensão de novas contratações para locação de máquinas e equipamentos prevista no art. 1º, inciso V, da Portaria ME nº 179, de 22 de abril de 2019.

6.2. Análise da vantajosidade do serviço de *outsourcing* de *nobreak*.

6.2.1. Como já exposto anteriormente, as cinco DRFs possuem *nobreaks* como sistema ininterrupto de energia, mas que se encontram obsoletos, superdimensionados ou sem funcionamento, cujas peças, além da difícil reposição, têm apresentado elevado custo, como as baterias. Some-se a isso, a deficiência técnica de mão de obra especializada para cuidar desses estabilizadores, já que em muitas contratações tal serviço tem sido previsto como escopo dos serviços de manutenção predial, responsável pela edificação em geral (parte civil, hidráulica e elétrica).

6.2.2. Pesquisando os modelos de contratações disponíveis no mercado, identificamos os seguintes:

- Aquisição de novos *nobreaks* e contratação de empresa especializada para realizar a manutenção preventiva e corretiva;
- Manutenção dos atuais *nobreaks* e contratação de empresa especializada para realizar a manutenção preventiva e corretiva;
- *Outsourcing* de *nobreaks*, solução descrita no item “7. Descrição da Solução como um todo”.

6.2.3. Análise do modelo “1”.

6.2.3.1. Com a aquisição de novos *nobreaks* e contratação de empresa especializada para realizar a manutenção preventiva e corretiva, teríamos 3 custos envolvidos:

- Custo de aquisição, com vida útil média de 5 anos: o que significa enfrentarmos novo custo a cada 5 anos. Cabe destacar que a vida útil de um *nobreak* ser de apenas 5 anos não é porque ele, obrigatoriamente, se deteriorará nesse tempo (pode durar mais que isso), mas sim porque os fabricantes geralmente deixam de fabricar as peças de reposição dos modelos de *nobreak* com mais de 5 anos.
- Custo de manutenção preventiva e corretiva, através de empresa especializada nesse tipo de equipamento.
- Custo de troca de peças, principalmente, do banco de baterias, feita em média a cada dois anos e meio através de procedimento licitatório ou dispensa.

6.2.4. Análise do modelo “2”.

6.2.4.1. Mantendo-se os atuais *nobreaks* e contratando-se empresas especializadas para realização de manutenção preventiva e corretiva, teríamos dois 2 envolvidos, mas continuaríamos com o mesmo problema de obsolescência do equipamento e eventual falta de peças, agravado a cada ano:

- Custo de manutenção preventiva e corretiva, através de empresa especializada nesse tipo de equipamento.
- Custo de troca de peças, principalmente, do banco de baterias, feita em média a cada dois anos e meio através de procedimento licitatório ou dispensa.

6.2.5. Análise do modelo “3”.

6.2.5.1. Com o *outsourcing* de *nobreak*, teríamos apenas 1 custo envolvido, que seria o próprio serviço de *outsourcing*.

6.2.5.2. Características do modelo:

- No *outsourcing*, a empresa proporcionará uma solução de tecnologia que envolverá: desinstalação e retirada dos equipamentos atualmente instalados, entrega e instalação dos novos equipamentos, fornecimento de equipamento (*nobreak* de 50kVA) com banco de baterias, configuração, manutenção preventiva e corretiva (incluindo a troca de peças), monitoramento remoto *on-line* ou local e suporte técnico.
- A Contratada deverá garantir o funcionamento dos equipamentos, mesmo que para isso tenha de substituir o *nobreak*.
- Não será necessário pagar separadamente por um contrato de manutenção preventiva e corretiva. A empresa prestadora do serviço de *outsourcing* fará suas próprias manutenções periódicas sem ônus à Contratante, com o objetivo de cumprir suas obrigações e assim manter seus ganhos contratuais, evitando sua penalização através da glosa de valores caso o *nobreak* venha a ficar inoperante.
- Haverá a troca periódica pela própria Contratada de peças, principalmente, dos bancos de baterias – de custos elevados – sem ônus para a Contratante. Salienta-se que, além dos gastos com a aquisição de baterias, a Administração demanda Equipes de Licitações para realização de compras, um custo administrativo de realização de certame que se agrega aos custos financeiros de aquisição.

6.2.6. Consta-se que o terceiro modelo é o que melhor atenderia ao interesse da Administração nesse momento: em apenas um contrato teríamos o fornecimento de um equipamento moderno, com manutenção preventiva e corretiva feita por empresa especializada e reposição de peças e baterias por conta da Contratada, que seria responsável, além do mais, por prestar suporte técnico.

7. Descrição da solução como um todo

7.1. A contratação de serviço de *outsourcing* de *nobreaks* tem como principal objetivo garantir a continuidade dos serviços de TI, protegendo os equipamentos que compõem a infraestrutura das salas de TI das unidades da RFB contra mal funcionamento ocasionado por falhas na rede elétrica.

7.2. A opção pela modalidade *outsourcing*, além de eliminar despesas com manutenções periódicas de equipamentos próprios e incrementar agilidade aos reparos, deve-se também à suspensão de novas contratações para locação de máquinas e equipamentos prevista no art. 1º, inciso V, da Portaria ME nº 179, de 22 de abril de 2019. Alternativa que proporciona segurança à continuidade dos serviços e proteção dos equipamentos de TI.

7.3. Considerando que, em média, a cada dois anos, as baterias de *nobreaks* precisam ser trocadas devido à perda da capacidade de retenção de carga elétrica, o prazo pretendido de contratação (24 meses) se mostra bem adequado.

7.4. A resposta ao problema abrange a contratação de serviços contínuos de *outsourcing* como uma solução de tecnologia que assegure a não interrupção de energia elétrica para os equipamentos de TI das unidades da RFB, devendo contemplar:

- Equipamentos de TI a serem protegidos.
- Carga total dos equipamentos de TI conectados ao *nobreak*.
- Tensão de entrada e saída admitida.
- Garantia da autonomia (tempo) de funcionamento dos equipamentos de TI exigida para cada unidade da RFB.
- Desinstalação e retirada dos equipamentos atualmente instalados.
- Entrega e instalação dos novos equipamentos.
- Fornecimento de equipamento (*nobreak* de 50kVA) com banco de baterias.
- Configuração.
- Manutenção preventiva e corretiva, incluindo a troca de peças.
- Monitoramento remoto on-line ou local.
- Suporte técnico.

7.5. Em caso de defeito, a Contratada deverá substituir imediatamente os equipamentos defeituosos, irregulares e inadequados.

7.6. Como se trata de serviço essencial e contínuo, a Contratada deverá disponibilizar assistência técnica nos dias e horários de expediente da repartição (das 7:00h às 18:00h).

7.7. A Contratada deverá disponibilizar técnico para atendimento imediato de chamados para sanar quaisquer irregularidades no funcionamento dos equipamentos ou para esclarecer detalhes de funcionamento ou assessorar em manobras técnicas.

7.8. As Delegacias da RFB em Campinas, Jundiaí, Limeira, Piracicaba e Sorocaba designarão servidor para fiscalizar e acompanhar os serviços contratados.

7.9. Todas as ordens de serviço ou comunicações entre a Contratada e o Contratante deverão, preferencialmente, ser transmitidas por escrito, via correio eletrônico.

8. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

8.1. A estimativa das quantidades a serem contratadas encontram-se no quadro abaixo:

Unidade	Potência Nominal	Autonomia Mínima	Quantidade
Delegacia da RFB em Campinas	50kVA	30 minutos	01

Delegacia da RFB em Jundiá	50kVA	60 minutos	01
Delegacia da RFB em Limeira	50kVA	60 minutos	01
Delegacia da RFB em Piracicaba	50kVA	60 minutos	01
Delegacia da RFB em Sorocaba	50kVA	30 minutos	01

9. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 734.700,00

9.1. Os serviços, objeto da contratação, foram classificados como *comuns de engenharia*.

9.2. Embora classificados como tal, a elaboração de seu preço de referência foi uma exceção à sistemática de preços para a determinação do custo global de obras e serviços de engenharia prevista no Decreto nº 7.983/2013, que estabelece regras e critérios para orçamentos de obras e serviços de engenharia no âmbito federal, e no novo diploma de licitações, Lei nº 14.133/2021, em seu artigo 23.

9.3. Nesse ponto há de ser lembrado que a Instrução Normativa SEGES/ME nº 91, de 16 de dezembro de 2022, autoriza a aplicação do citado Decreto nº 7.983/2013 para serviços contratados e executados com recursos dos orçamentos da União.

9.4. Quanto à aplicabilidade do decreto, a definição de seu art. 3º de que os critérios para a elaboração de orçamentos deverão ser balizados pela composição de custos unitários, menores ou iguais à mediana dos contidos em sistemas oficiais referenciais de custos, como o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, mantido pela Caixa Econômica Federal e pelo IBGE, dificulta sobremaneira a estimativa de preços dos serviços aqui pretendidos.

9.5. Dada a inviabilidade da definição do preço referencial nos moldes acima referidos, somando-se a isso a não aplicabilidade ao caso da IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, por disposição expressa de seu artigo 1º, §1º, e dada ainda a singeleza e peculiaridade do serviço que se pretende contratar, adotamos o critério excepcional permitido no regulamento.

9.6. Assim, ainda que as atividades se enquadrem como serviços de engenharia, embora comuns, realizamos a estimativa do valor da contratação com base em pesquisa de mercado, conforme permissão do art. 6º do Decreto nº 7.983/2013, em consonância com os ditames do *caput* do artigo 23 da Lei de Licitações, que afirma que “O valor previamente estimado da contratação deverá ser **compatível com os valores praticados pelo mercado**, considerados os preços constantes de **bancos de dados públicos...**” (grifo nosso), fazendo também uso dos incisos II e III de seu §2º.

9.7. Dessa forma, os valores que compõem a estimativa foram alcançados por meio de pesquisa junto ao mercado e contratações recentes da Administração Pública.

9.8. A equipe de planejamento, primeiramente, enviou mensagens eletrônicas solicitando orçamentos para 5 (cinco) empresas especializadas em *nobreak*, acompanhadas de termo que reúne as condições mínimas e indispensáveis para a composição dos preços. Não obstante o prazo razoável, obtivemos apenas uma resposta, pois infelizmente há uma prática recorrente dos fornecedores em não atender a pedidos dessa natureza, dificultando em muito o trabalho nessa fase do planejamento.

9.9. Completamos a pesquisa com consultas ao Banco de Preços, plataforma de uso corrente, e Painel de Preços – <http://paineldepregos.planejamento.gov.br>, sistema que reúne compras públicas federais homologadas.

9.10. Todos os preços foram saneados em razão das especificidades dos serviços pretendidos, sendo desconsiderados os preços inexequíveis e excessivamente elevados.

9.11. Dessa forma o preço referencial foi obtido pela média dos valores alcançados, buscando com essa sistemática de composição de preços atingir uma maior economicidade e controle de gastos.

CÁLCULO - ESTIMATIVA DE CUSTO MENSAL							
Órgão / Empresa	Objeto	Vigência (meses)	Modalidade Contratação	Nº Contratação	Valor Total Homologado	Valor Mensal	
2 Ministério da Defesa - Comando da Aeronáutica	Locação/Manutenção - Nobreak de 30KVA	4	Dispensa de Licitação	26/2022	R\$ 32.000,00	R\$ 8.000,00	
2 Ministério da Agricultura	Locação/Manutenção - Nobreak de 30KVA	6	Dispensa de Licitação	9/2023	R\$ 18.600,00	R\$ 3.100,00	
3 Câmara Municipal de Salvador	Locação/Manutenção - Nobreak de 60KVA	12	Dispensa de Licitação	33/2022	R\$ 53.880,00	R\$ 4.490,00	
4 Amplimag Controlless Eletrônicos LTDA (CNPJ 62.005.301/0001-65)	Locação/Manutenção - Nobreak de 50KVA	12	-	-	-	R\$ 8.900,00	
ESTIMATIVA MENSAL						R\$ 6.122,50	
ESTIMATIVA - ITEM 1 - DRFs CAMPINAS E JUNDIAÍ (24 MESES)						R\$ 209.880,00	
ESTIMATIVA - ITEM 2 - DRFs LIMEIRA E PIracicaba (24 MESES)						R\$ 209.880,00	
ESTIMATIVA - ITEM 3 - DRF Sorocaba (24 MESES)						R\$ 346.340,00	
VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO - 24 MESES						R\$ 734.700,00	

9.12. Dessa forma, a estimativa para o valor da contratação, para o período de 24 (vinte e quatro) meses, será de R\$ 734.700,00 (setecentos e trinta e quatro mil e setecentos reais).

9.13. O certame será dividido em 3 (três) itens, considerando a proximidade entre alguns municípios (aproximadamente até 40 km) e a maior distância entre outros (aproximadamente acima de 80 km). A junção de municípios em alguns itens se justifica pelo menor número de contratos a serem administrados, não evidenciando nenhuma perda de competitividade na disputa.

9.13.1. ITEM 1: DRFs Campinas e Jundiaí.

9.13.2. ITEM 2: DRFs Limeira e Piracicaba

9.13.3. ITEM 3: DRF Sorocaba.

9.14. A estimativa nos indica que o certame será de ampla participação para cada um dos itens, já que superior ao limite de R\$ 80.000,00 estabelecido pelo art. 48, inciso I, da Lei nº 123/06.

10. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

10.1. O objetivo do parcelamento da solução é o de melhor aproveitar os recursos disponíveis no mercado e ampliar a competitividade, sendo imprescindível que a divisão do objeto seja técnica e economicamente viável, não traga prejuízo para o conjunto da solução ou represente perda de economia de escala. A Súmula 247 do TCU consolida esse entendimento.

10.2. Logo, a regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, princípio a ser aplicado quando tecnicamente viável e economicamente vantajoso, conforme dispõe o art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/21.

10.3. No caso presente, exceção feita às localidades das delegacias que propiciam uma maior divisão de mercado, o serviço de *outsourcing* de *nobreak* não é passível de parcelamento, pela própria definição do serviço, pertencendo todas as atividades previstas à expertise desse tipo de empresa.

11. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

11.1. No caso em tela não haverá contratações correlatas e/ou interdependentes.

11.2. Os serviços em comento serão contratados de forma independente, não se fazendo necessárias outras contratações para que objetivo seja atingido.

12. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

12.1. Encontra-se a contratação alinhada com o Planejamento Estratégico da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil (Objetivos de Gestão e Suporte), na medida em que a ação viabiliza recursos e otimiza sua gestão, aplicação e alocação, a fim de suprir necessidades de infraestrutura e colaborar para o implemento de prioridades institucionais.

12.2. Alinha-se também ao Mapa Estratégico e Cadeia de Valores da Receita Federal do Brasil, que estabelecem a necessidade de garantir a funcionalidade, segurança, adequação, conservação e eficiência da instituição em benefício da sociedade e respeito ao cidadão.

13. Benefícios a serem alcançados com a contratação

13.1. Objetiva-se através da alimentação ininterrupta de energia, garantir a disponibilidade da rede protegendo os ativos contra interrupções no fornecimento de energia, descargas e oscilações elétricas, assegurando uma **autonomia suficiente de no mínimo 30 minutos para as DRFs Campinas e Sorocaba e mínima de 60 minutos para as DRFs Jundiá, Limeira e Piracicaba.**

13.2. Além disso, com o novo modelo de contratação, pretende-se sanar as deficiências constatadas nas atuais formas de prestação do serviço, garantindo sua continuidade e buscando eficiência e economia para a Administração Pública.

13.3. A Administração objetiva na atual contratação um melhor aproveitamento dos recursos humanos, fixando seus servidores na realização de atividades típicas do órgão, melhorando seus resultados e elevando o padrão de satisfação do interesse público através do cumprimento dos princípios constitucionais da Eficiência e Economicidade.

13.4. Considere-se, ademais, que a contratação de serviços a serem realizados por profissionais habilitados disponibiliza mão de obra qualificada para um fim específico, execução que embora auxiliar representa atividade imprescindível para o bom funcionamento do órgão, além de prevenir riscos desnecessários aos servidores e permitir que as atividades preponderantes do órgão sejam executadas de forma contínua e mais eficiente.

13.5. Assim, com a presente contratação, esperamos os resultados:

- Otimização da força de trabalho da unidade;
- Alcançar alta produtividade, agilidade, qualidade, segurança e máxima perfeição do trabalho, tanto nas atividades-meio, quanto nas precípuas do órgão;
- Atender aos preceitos legais vigentes;
- Realizar uma contratação que venha a mitigar as chances de inadimplemento por parte da prestadora, ou que possa gerar desgaste ou custos para a instituição;
- Garantir a boa execução dos serviços, tendo como norte os princípios da Eficiência e Sustentabilidade.

14. Providências a serem Adotadas

14.1. O serviço pretendido tem natureza continuada, pois atende à necessidade pública de forma permanente e contínua, além de assegurar a integridade do patrimônio público.

14.2. Não obstante seja de natureza continuada, a prestação do serviço não exige adequação do ambiente interno.

15. Possíveis Impactos Ambientais

15.1. O descarte de baterias vencidas (a cada dois anos, aproximadamente) e de componentes eletroeletrônicos será o maior impacto ambiental possível nesta contratação. Para minimizá-lo, a Contratante deverá observar o seguinte:

- Critérios e práticas de sustentabilidade relativos às especificações técnicas do objeto, em atendimento às normas constantes na Instrução Normativa n.º 05/2017/SLTI/MPOG e na Instrução Normativa n.º 01/2010/SLTI/MPOG, devendo as licitantes ofertar preferencialmente produtos que atendam os critérios de sustentabilidade ambiental de seu artigo 5º.
- As licitantes deverão ainda observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação, tanto no processo de extração das matérias-primas utilizadas, como na fabricação, utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas, inclusive quanto à observância do anexo I da Instrução Normativa (IBAMA) nº 13 de 23 de agosto de 2021, no caso de itens enquadrados como atividades potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos ambientais, caso em que poderá ser solicitado certificado de sustentabilidade ambiental.
- Só será admitida a oferta de baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio admitidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012 e alterações.
- As baterias deverão ser acondicionadas de forma a evitar vazamentos e a contaminação do meio ambiente ou risco à saúde humana, bem como a perda de seus componentes durante o transporte. O transporte das baterias deverá obedecer às normas previstas nas instruções do CONAMA, ANTT e outros Órgãos Reguladores.
- A Contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012 e alterações, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 — Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata.
- Não são permitidas, à Contratada, formas inadequadas de destinação final das baterias usadas originárias da contratação, nos termos do art. 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008.

16. Considerações finais

16.1. Por fim, considere-se que:

- o atual Estudo Técnico Preliminar é parte integrante do Planejamento da Contratação, fase interna da licitação;
- a licitação, em sua fase externa, é um instituto que se destina a garantir a observância do princípio da transparência, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, além de ser processada e

julgada em estrita conformidade com os primados básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da probidade administrativa, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo e outros correlatos, princípios gerais que norteiam o certame segundo o art. 5º da Lei nº 14.133/21;

- a Administração Pública se submete aos princípios insculpidos no artigo 37 da CF;
- e a Lei nº 12.527/2011, regulando o previsto no inciso XXXIII do art. 5º da CF, assegura o direito fundamental de acesso à informação relativa à administração do patrimônio público, utilização de recursos públicos, licitação e contratos administrativos (art. 7º, VI), em conformidade com a diretriz da observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção (art. 3º, I).

16.2. Concluímos que as informações utilizadas na elaboração do presente Estudo Técnico Preliminar não estão enquadradas nas restrições de acesso previstas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, podendo ser ampla a sua divulgação.

17. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

17.1. Justificativa da Viabilidade

17.1. O presente planejamento foi elaborado em harmonia com a IN SEGES/MPDG nº 05/2017, bem como em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento do objeto da aquisição. No mais, atende adequadamente às demandas de negócio formuladas, os benefícios pretendidos são adequados, os custos previstos são compatíveis e caracterizam a economicidade e eficiência. Além disso, os riscos envolvidos são administráveis e a área requisitante priorizará o fornecimento de todos os elementos aqui relacionados, necessários à consecução dos benefícios pretendidos.

18. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

ROBERTO RAMIREZ

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 27/10/2023 às 11:07:53.

ANDERSON SHIGUERU TANAKA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 27/10/2023 às 11:07:18.



APÊNDICE II

INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADO (IMR)

1 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Fica estabelecido o presente Instrumento de Medição de Resultado – IMR, previsto no **item 7.1. do Termo de Referência**, que tem por objetivo avaliar constantemente a execução do objeto e aferir a qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA.

1.2 A medição da qualidade dos serviços prestados pela CONTRATADA será feita por meio de sistema de pontuação, cujo resultado definirá o valor mensal a ser pago no período avaliado.

1.3 As situações abrangidas pelo Instrumento de Medição de Resultado – IMR se referem a fatos cotidianos da execução do contrato, não isentando a CONTRATADA das demais responsabilidades ou sanções legalmente previstas.

1.4 A CONTRATANTE poderá alterar os procedimentos e metodologia de avaliação durante a execução contratual sempre que o novo sistema se mostrar mais eficiente que o anterior e não houver prejuízos para a CONTRATADA.

2 DOS PROCEDIMENTOS

2.1 O Fiscal do Contrato designado pela CONTRATANTE acompanhará a execução dos serviços prestados, atuando junto a preposto indicado pela CONTRATADA.

2.2 Verificando a existência de irregularidades na prestação dos serviços, o Fiscal do Contrato notificará o preposto da CONTRATADA para que esta solucione o problema ou preste os devidos esclarecimentos.

2.3 A notificação quanto à existência de irregularidades na execução do contrato poderá ser verbal ou por escrito, a depender da gravidade da situação ou da reincidência do fato.

2.4 Constatando irregularidade passível de notificação por escrito, o Fiscal do Contrato preencherá termo de notificação, relatando a ocorrência, seu grau de pontuação, o dia e a hora do acontecido.

2.5 O termo de notificação será imediatamente apresentado ao preposto da CONTRATADA, o qual, constatando a ocorrência, deverá atestar de pronto seu “visto” no documento, que ficará sob a guarda do Fiscal do Contrato.

2.5.1 Havendo divergências quanto à veracidade dos fatos, deverá o preposto da CONTRATADA registrar suas razões no próprio termo de notificação.

2.6 Em até cinco dias úteis anteriores à apresentação da fatura mensal para ateste e pagamento, o Fiscal do Contrato informará à CONTRATADA o resultado da avaliação mensal do serviço.

2.7 A CONTRATADA, de posse das informações repassadas pelo Fiscal do Contrato, emitirá fatura mensal relativa aos serviços prestados, abatendo do valor devido pela CONTRATANTE os descontos relativos à aplicação do Instrumento de Medição de Resultado – IMR.

2.8 O Fiscal do Contato, ao receber da CONTRATADA a fatura mensal para ateste, somente o fará quando verificada a dedução dos descontos acima mencionados.



2.9 Verificada a regularidade da fatura, o Fiscal do Contrato juntará a esta os termos de notificação produzidos no período, e a encaminhará para pagamento.

3 DO SISTEMA DE PONTUAÇÃO

3.1 O sistema de pontuação destina-se a definir os graus de pontuação para cada tipo de ocorrência, desde que não implique inexecução total ou parcial do objeto, motivo de sanção administrativa.

3.2 As ocorrências são dispostas em seis níveis de graduação, atribuindo-se a cada nível uma pontuação determinada, conforme tabelas abaixo:

OCORRÊNCIA I – Irregularidades verificadas nos itens de uniforme e EPI's (falta, más condições de uso, atraso na entrega etc.).	
Total de ocorrências	
Data da ocorrência	Descrição sintética

OCORRÊNCIA II – Atraso injustificado na apresentação dos documentos originais e respectivas cópias relativas à correta execução contratual e à manutenção das condições de habilitação aos Gestores do Contrato nos prazos contratuais, sejam documentos exigidos ao início do Contrato, durante sua execução, ou na finalização da vigência do mesmo.	
Total de ocorrências	
Data da ocorrência	Descrição sintética

OCORRÊNCIA III – Atraso no cumprimento dos prazos previstos contratualmente no atendimento às solicitações do Contratante, referentes à prestação dos serviços e acompanhamento do Contrato.	
Total de ocorrências	
Data da ocorrência	Descrição sintética



OCORRÊNCIA IV – Emprego de mão de obra sem a devida habilitação para desempenho das suas atividades profissionais.	
Total de ocorrências	
Data da ocorrência	Descrição sintética

OCORRÊNCIA V – Má qualidade na prestação do serviço (funcionário sem compromisso, frequentemente ausente e/ou desatento no posto), tratamento inadequado às pessoas (ignorância, má-educação, comportamento agressivo etc.). Desconhecimento ou não realização das suas obrigações profissionais e/ou contratuais.	
Total de ocorrências	
Data da ocorrência	Descrição sintética

OCORRÊNCIA VI – Má qualidade das peças repostas ou com durabilidade abaixo da prevista pelo fabricante.	
Total de ocorrências	
Data da ocorrência	Descrição sintética

OCORRÊNCIAS	I	II	III	IV	V	VI	TOTAL (FATOR DE ACEITAÇÃO)
TOTAL DE OCORRÊNCIAS	0	0	0	0	0	0	
TOLERÂNCIA (-)	-1	-1	-1	0	-1	-1	
EXCESSO DE IMPERFEIÇÕES (=)	-1	-1	-1	0	-1	-1	
PESO (X)	1	1	3	4	3	2	
NÚMERO CORRIGIDO	-1	-1	-3	0	-3	-2	0



7 DA FAIXA DE AJUSTE NO PAGAMENTO PELAS OCORRÊNCIAS I A VI

7.1 A faixa de ajuste no pagamento será definida pela soma das pontuações atribuídas às ocorrências produzidas no período de avaliação, conforme tabela abaixo:

Faixa 01 – Fator de Aceitação de 00 a 05: 100% de avaliação dos serviços
Faixa 02 – Fator de Aceitação de 06 a 12: 95% de avaliação dos serviços
Faixa 03 – Fator de Aceitação de 13 a 20: 90% de avaliação dos serviços
Faixa 04 – Fator de Aceitação acima de 20: 85% de avaliação dos serviços.

8 DA APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE DISPONIBILIDADE DA ENERGIA ESTABILIZADA (IDEE)

5.1. A Disponibilidade Total (DT) mensal é de 720 horas (24 horas x 30 dias).

5.2. O Tempo de Indisponibilidade (TI) é o somatório de tempo (em horas) no qual a energia estabilizada esteve indisponível para uso, decorrente de defeito do equipamento *nobreak* ou falta de sua manutenção preventiva ou corretiva.

5.3. O início do TI será aferido de acordo com os horários registrados em e-mail ou em qualquer outra forma de comunicação de defeito do equipamento *nobreak*, feitos pelo fiscal de contrato. O final do TI será aferido pelo fiscal de contrato a partir do momento em que a energia estabilizada estiver disponível novamente em rede elétrica estabilizada.

5.4. O **IDEE (Índice de Disponibilidade da Energia Estabilizada)** é calculado considerando a Disponibilidade Total (DT), subtraído o Tempo de Indisponibilidade (TI).

$$\text{IDEE (\%)} = [(DT - TI) / DT] \times 100\%$$

5.5. O **IDEE** será calculado bimestralmente para a aferição do nível de qualidade dos serviços prestados e adequação do pagamento.

5.6. O pagamento ocorrerá da seguinte forma:

IDEE	Total de horas indisponíveis por mês	Glosa do valor mensal de <i>outsourcing</i>
Entre 99,50% e 96,66%	Entre 4h e 24h	3,33%
Entre 96,66% e 93,33%	Entre 24h e 48h	7,00%
Entre 93,33% e 90,00%	Entre 48h e 72h	12,00%
Entre 90,00% e 86,66%	Entre 72h e 96h	20,00%
Abaixo de 86,66%	Acima de 96h	25,00%



9 DA MEDIÇÃO DE RESULTADOS E GLOSAS

9.1 Os pagamentos mensais serão realizados observando-se:

- O fator de aceitação obtido conforme este anexo, cujo percentual será multiplicado pelo valor mensal contratual para obtenção do valor efetivamente a ser pago à Contratada.
- Na constatação das primeiras três ocorrências do tipo I e II deste anexo, no total, a contratada poderá ser apenas objeto de notificação. Após este número, além da glosa no pagamento mensal, a contratada estará sujeita às penalidades previstas no Termo de Referência.
- No caso de reincidências dos tipos listados no tópico anterior, o valor da multa será acrescido.
- O IDEE (Índice de Disponibilidade da Energia Estabilizada), calculado para aferição dos resultados, será aplicado em conjunto com o fator de aceitação.